cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.11.09 06:08:19 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 9 de novembro de 2023 • Nº 1679 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBGE

Vendas em supermercados puxam alta do comércio

O bom desempenho do setor de supermercados vem ajudando nas vendas do comércio varejista brasileiro, apontou Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O volume vendido pelo varejo cresceu 0,6% em setembro ante agosto, após um ligeiro recuo de 0,1% no mês anterior. O segmento de supermercados avançou 1,6% em setembro ante agosto, depois de já ter crescido 1,1% no mês anterior. "A melhora no varejo tem sido ancorada bastante pela atividade de supermercados", afirmou Santos. "É o quarto mês de crescimento consecutivo, e tem puxado o varejo para o crescimento." PÁGINA 2

SENADO

Reforma tributária é aprovada em primeiro turno

Depois de ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na terça-feira, o texto-base da reforma tributária foi aprovado ontem no plenário pelos demais senadores, mas por uma margem apertada: 53 votos a 24, já que eram necessários 49 votos para que o texto tivesse a chancela dos senadores. Os minutos em que a deliberação aconteceu foram de tensão para o governo, que viu alguns votos favoráveis ao texto "virarem". Senadores do Centrão mudaram os posicionamentos que vinham manifestando nos últimos dias. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), por exemplo, votou a favor da reforma tributária na CCJ, mas decidiu votar contra o texto no plenário e orientou que os senadores de seu partido também fossem contrários à proposta. Os senadores Hiran Gonçalves (PP-RR) e Tereza Cristina (PP-MS) também indicaram que votariam a favor do texto, mas mudaram de ideia de última hora e anunciaram o voto contrário. PÁGINA 3

BANCO CENTRAL

Contas públicas registram déficit de R$ 18,1 bilhões em setembro

ELZA FIUZA/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de setembro com saldo negativo, em razão principalmente do déficit do governo federal, resultado da queda de receitas em 6,2% e do aumento de despesas em 11,5% na comparação com setembro do ano passado. O setor público consolidado registrou déficit primário de R$ 18,071 bilhões no mês de setembro, ante superávit de R$ 10,746 bilhões em setembro de 2022. O chefe do Departamento de Estatística do BC, Fernando Rocha (**foto**), explicou que, normalmente, os resultados são comparáveis, mas que, em setembro houve "discrepância estatística". "Entre essas duas estatísticas, que são consistentes entre si, em setembro houve discrepância estatística de R$ 28,1 bilhões (diferença entre o superávit e o déficit), o que é altamente incomum", disse Rocha. PÁGINA 2

SEGUROS

Haddad busca aprovação rápida de novo marco

PÁGINA 3

SÃO PAULO

Prefeitura vai processar a Enel por falta de energia

PÁGINA 3

VEÍCULOS

RAFA NEDDERMEYER/ABRASIL

Produção de veículos cai 3,1%, aponta a Anfavea

Apesar do crescimento das vendas, a indústria de veículos registrou em outubro queda de 3,1% na produção frente ao mesmo mês do ano passado, com 199,8 mil unidades montadas na soma de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. "As importações têm tido um foco especial pela Anfavea, pelas montadoras, porque elas inibem os investimentos. Percebemos isso tanto no Brasil quanto na Argentina. Há um aumento significativo das importações de diversas tecnologias e de diversos países", comentou Márcio de Lima Leite (**foto**), presidente da Anfavea, durante a apresentação do balanço de outubro. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,08% / 119.176,67 / -91,39 / Volume: R$ 23.557.860.518 / Negócios: 3.954.278

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
ULTRAPAR ON NM	23.60	+7.27	+1.60
TOTVS ON NM	30.31	+5.65	+1.62
TIM ON NM	17.24	+4.04	+0.67
EMBRAER ON NM	19.07	+3.92	+0.72
TELEF BRASILON	49.57	+3.18	+1.53

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
DEXCO ON NM	6.63	–12.19	–0.92
BRF SA ON NM	11.46	–9.05	–1.14
RAIZEN PN N2	3.800	–4.76	–0.190
AREZZO CO ON NM	59.63	–4.70	–2.94
PETRORECSA ON NM	20.28	–4.29%	–0.910

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	34.17	–2.15	–0.75
VALE ON NM	70.13	+0.07	+0.05
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	29.11	+0.45	+0.13
MAGAZ LUIZA ON NM	1.78	+0.56	+0.01
PETRORIO ON NM	45.48	–2.86	–1.34

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.112,27	-0,12
NASDAQ Composite	13.650,413	+0,08
CAC 40	7.034,16	+0,69
FTSE 100	7.401,72	-0,11
DAX	15.229,6	+0,51
Ftse Mib	28.433,33	+0,13

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,50% (out.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA-15**	0,21% (out.)	Compra: 5,2829	Venda: 5,4629
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/11)	12,25%	(01/11)	12,15%	Compra: 4,8855	-0,38%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(09/11)	0,6087%	BM&F/grama	R$ 308,61	Compra: 4,9065	Venda: 4,9071
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(09/11)	0,1082%	Compra: 5,2507	Venda: 5,2513	Compra: 4,9151	Venda: 5,0951

Economia

MERCADOS

Em dia de pressão sobre o petróleo, Ibovespa fica estável

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Vindo de ganhos nas cinco sessões anteriores, no que foi sua mais extensa sequência positiva desde outra série de cinco altas entre 20 e 26 de julho, o Ibovespa mostrou correlação com o sinal dos índices de Nova York e especialmente do petróleo neste meio de semana, em que Petrobras (ON -2,36%, PN -2,15%) piorou ao longo da tarde, alinhada à acentuação de perdas na commodity, movimento que ontem colocou o Brent abaixo de US$ 80 por barril.

Até o início da etapa vespertina, o Ibovespa mostrava variação restrita na sessão, com os índices de ações em Nova York oscilando então em torno da estabilidade. Depois, firmaram direção negativa, embora moderada após o meio da tarde, com o Dow Jones ainda em leve baixa de 0,12% no fechamento, enquanto o S&P 500 e o Nasdaq conseguiam reverter ao positivo, em alta de 0,10% e de 0,08%, respectivamente.

Aqui, o Ibovespa cedeu apenas 0,08%, aos 119.176,67 pontos, após acumular ganho de quase 6% nas cinco sessões anteriores, em série iniciada em 31 de outubro. Na semana, ainda sobe 0,86% e, no mês, 5,33%. No ano, avança 8,60%. O giro financeiro de ontem se manteve acima de R$ 20 bilhões, a R$ 23,6 bilhões.

"Os dados econômicos mais recentes da China, especialmente os de comércio exterior, têm resultado nessa correção de preços do petróleo, com expectativa de arrefecimento da demanda, o que leva a commodity a testar a linha de US$ 80 por barril para o Brent – no que talvez já seja um nível de sobrevenda", diz Alan Soares, analista da Toro Investimentos.

Além de Petrobras, o dia foi fraco para Vale (ON 0,07%), que esboçava alta um pouco mais firme com o avanço de 1% para o minério de ferro em Dalian. Por outro lado, a sessão acabou se mostrando bem positiva para as ações de grandes bancos, que operavam mais cedo sem direção única.

O alinhamento em alta contribuiu para moderar as perdas do Ibovespa, do meio para o fim da tarde, com destaque para Banco do Brasil (ON 1,27%), que divulgaria balanço trimestral após o fechamento de ontem, e especialmente para Santander (Unit 2,87%), na máxima da sessão no fechamento.

No melhor momento de ontem, ainda pela manhã, o Ibovespa ficou bem perto de retomar a linha dos 120 mil pontos, não vista no intradia desde 7 de agosto e, em fechamento, desde o dia 3 daquele mesmo mês. Ontem, na máxima da sessão, o Ibovespa foi aos 119.975,84, com mínima à tarde aos 118.463,87 pontos. Na abertura, o índice da B3 mostrava 119.268,06 pontos.

"O mercado teve hoje uma pausa, ensaiando realização de lucros normal, após várias altas seguidas. Em termos gerais, o Brasil pode ainda ser beneficiado por essa situação geopolítica desafiadora, com duas guerras em andamento, na Ucrânia e na Faixa de Gaza. No médio prazo, pode atrair recursos, desde que não tropece, não erre muito no fiscal", diz Daniel Miraglia, economista-chefe do Integral Group, acrescentando haver espaço para mais dois cortes de meio ponto percentual na Selic, o que pode favorecer também, no médio prazo, a retomada de apelo da renda variável.

Em evento em Nova York ontem, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, destacou que juros elevados nos países desenvolvidos forçam os emergentes a fazer o dever de casa, na medida em que a liquidez no mundo se torna mais restrita. "Precisamos fazer o dever de casa porque a liquidez não está mais disponível como antes", disse Campos Neto, em evento da Valor Capital.

Na B3, na ponta do Ibovespa na sessão, destaque para Ultrapar (7,27%, na máxima do dia no encerramento), cujos resultados trimestrais resultaram em mitigação para o índice da B3 no ajuste final da sessão, colocando-o bem perto do zero a zero no fechamento. Destaque também para Totvs (5,65%), após balanço trimestral na noite anterior, à frente na sessão de ontem de TIM (4,04%) e de Embraer (3,92%).

No lado oposto, outra empresa que divulgou números trimestrais na noite de terça-feira, a Dexco (-12,19%), seguida por BRF (-9,05%), Raízen (-4,76%) e Arezzo (-4,70%) – empresa que também publicou balanço após o fechamento de terça-feira.

Assim, atento aos números corporativos e voltando a se alinhar à cautela externa, o mercado deixou em segundo plano a boa leitura sobre as vendas do varejo em setembro, divulgada de manhã pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A leitura trouxe expansão de 0,6% para as vendas, na margem, quando a expectativa de consenso para o mês apontava estabilidade.

De acordo com os dados de ontem do IBGE, "o varejo brasileiro opera 4,9% acima do patamar pré-pandemia, visto em fevereiro de 2020, e 1,5% abaixo do maior nível da série histórica, registrado em outubro do mesmo ano", aponta Julio Hegedus Netto, economista da Mirae Asset.

Contudo, das oito atividades pesquisadas pelo IBGE, apenas três ficaram no campo positivo em setembro, observa também o economista da Mirae. Dessa forma, a leitura de setembro indica que "o aperto monetário continua impactando o consumo de bens sensíveis ao crediário, ao contrário dos outros, como alimentos e combustíveis", diz Hegedus Netto.

Em outro ponto de destaque da agenda doméstica de ontem, o governo divulgou déficit primário de R$ 97 bilhões para o setor público no ano até setembro, o correspondente a 1,22% do PIB. E o déficit de R$ 18,07 bilhões no mês foi o pior resultado para setembro desde 2020, o ano da pandemia.

No pano de fundo, o mercado acompanha também a tramitação da reforma tributária, aprovada ontem em primeiro turno pelo plenário do Senado com o placar de 53 votos a favor e 24 contrários.

SETOR PÚBLICO

Contas registram déficit de R$ 18,1 bi em setembro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de setembro com saldo negativo, em razão principalmente do déficit do governo federal, resultado da queda de receitas em 6,2% e do aumento de despesas em 11,5% na comparação com setembro do ano passado. O setor público consolidado – formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R$ 18,071 bilhões no mês de setembro, ante superávit de R$ 10,746 bilhões em setembro de 2022.

Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses – encerrados em setembro – as contas acumulam déficit primário de R$ 101,888 bilhões, o que corresponde a 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Em 2022, as contas públicas fecharam o ano com superávit primário de R$ 125,994 bilhões, 1,27% do PIB.

Em setembro, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve déficit primário de R$ 16,506 bilhões ante superávit de R$ 11,113 bilhões em setembro de 2022. O montante do déficit difere do resultado divulgado pelo Tesouro Nacional, de superávit de R$ 11,55 bilhões em setembro porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

O chefe do Departamento de Estatística do BC, Fernando Rocha, explicou que, normalmente, os resultados são comparáveis, mas que, em setembro deste ano, houve "discrepância estatística". "Entre essas duas estatísticas, que são consistentes entre si, no mês de setembro houve uma discrepância estatística de R$ 28,1 bilhões (diferença entre o superávit e o déficit), o que é altamente incomum", disse, em coletiva virtual de imprensa para apresentar os resultados.

Segundo ele, a discrepância é devida, fundamentalmente, a uma única operação de R$ 26 bilhões, ocorrida no dia 4 de setembro. O montante incorporado à conta única do governo federal, aos ativos financeiros da União, é referente aos recursos de contas de PIS/Pasep que não foram sacados e estavam parados há mais de 20 anos.

"Apesar de a operação estar considerada nas duas estatísticas – do BC e do Tesouro Nacional –, elas foram classificadas de formas diferentes, com metodologias diferentes. Esse é o motivo da discrepância", disse Rocha. Enquanto o Tesouro Nacional considerou o montante como resultado primário, o BC considerou apenas o impacto na redução do endividamento público.

Ele explicou que a PEC da Transição, aprovada em dezembro de 2022, definiu que as contas do PIS/Pasep, cujos recursos não tenham sido reclamados há mais de 20 anos, serão encerradas e os valores abandonados. Em consequência, os recursos serão apropriados pelo Tesouro Nacional.

Os governos estaduais também registraram déficit no mês de setembro de R$ 374 milhões, ante superávit de R$ 3,253 bilhões em setembro de 2022. Os governos municipais tiveram déficit de R$ 691 milhões em setembro deste ano. No mesmo mês de 2022, houve déficit de R$ 2,932 bilhões para esses entes.

No total, os governos regionais – estaduais e municipais – tiveram déficit de R$ 1,065 bilhão em setembro de 2023 contra resultado positivo de R$ 321 milhões no mesmo mês do ano passado.

A piora, segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, é em razão de ligeira redução, em 1,3%, das receitas com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de arrecadação dos governos estaduais e municipais. As transferências da União para esses entes também se reduziram em 6%.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais – excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras – tiveram déficit primário de R$ 500 milhões no mês de setembro, contra déficit de R$ 688 milhões no mesmo mês de 2022.

Os gastos com juros ficaram em R$ 81,714 bilhões em setembro deste ano, contra R$ 71,364 bilhões em setembro de 2022. Nesse resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros na comparação anual. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

IBGE

Vendas em supermercados puxam alta do comércio varejista

DANIELA AMORIM/AE

O bom desempenho do setor de supermercados vem ajudando nas vendas do comércio varejista brasileiro, apontou Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O volume vendido pelo varejo cresceu 0,6% em setembro ante agosto, após um ligeiro recuo de 0,1% no mês anterior. O segmento de supermercados avançou 1,6% em setembro ante agosto, depois de já ter crescido 1,1% no mês anterior.

"A melhora no varejo tem sido ancorada bastante pela atividade de supermercados", afirmou Santos. "É o quarto mês de crescimento consecutivo, e tem puxado o varejo para o crescimento."

As vendas do comércio varejista subiram 0,8% no terceiro trimestre ante o segundo trimestre deste ano. O resultado sucede avanços de 1,9% no primeiro trimestre e de 0,1% no segundo trimestre, na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Já as vendas do setor de supermercados aumentaram 1,6% no terceiro trimestre ante o segundo trimestre deste ano, após avanços de 1% no primeiro trimestre e de 1,7% no segundo trimestre, sempre na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

A deflação dos alimentos para consumo no domicílio tem impulsionado o desempenho do setor de supermercados, explicou Santos. Além disso, a expansão na massa de rendimentos e o aumento no número de pessoas ocupadas elevam a probabilidade de consumo, assim como a maior concessão de crédito a pessoas físicas, apontou o pesquisador.

"Em agosto e setembro houve crescimento do crédito. Esse crescimento contribui (para o consumo), mas não é um crescimento alto que vá explicar a alta maior no varejo", ponderou.

Como contrapesos, Santos cita que o aumento de preços prejudicou o setor de combustíveis em setembro, enquanto o fechamento de lojas físicas de grandes redes ainda afetou as atividades de vestuário e de outros artigos de uso pessoal e doméstico. "A redução do número de lojas físicas, por conta da crise de grandes empresas que atuam nessas atividades, continua tendo influência nos últimos meses", disse.

Ele acrescenta ainda que a alta do dólar em setembro reduziu o fôlego do consumo de equipamentos de informática.

Cinco das oito atividades que integram o comércio varejista registraram perdas nas vendas em setembro ante agosto: combustíveis (-1,7%), vestuário e calçados (-1,1%), livros e papelaria (-1,1%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,9%) e equipamentos para escritório, informática e comunicação (-0,1%). Na direção oposta, houve expansão em móveis e eletrodomésticos (2,1%), supermercados (1,6%) e farmacêuticos e perfumaria (0,4%).

No comércio varejista ampliado – que inclui as atividades de veículos, material de construção e atacado alimentício – houve alta de 0,2% em setembro ante agosto. O segmento de veículos registrou queda de 0,9%, enquanto material de construção caiu 2%.

VEÍCULOS

Produção cai 3,1% em outubro, aponta a Anfavea; vendas sobem 20,4%

EDUARDO LAGUNA/AE

Apesar do crescimento das vendas, a indústria de veículos registrou em outubro queda de 3,1% na produção frente ao mesmo mês do ano passado, com 199,8 mil unidades montadas na soma de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Na comparação com setembro, o recuo foi de 4,4%, conforme balanço divulgado ontem pela Anfavea, a entidade que representa as montadoras.

Na margem, ou seja, de um mês para o outro, as vendas de veículos subiram 10,2%, chegando a 217,8 mil unidades na soma de todas as categorias em outubro. Na comparação com outubro do ano passado, as vendas tiveram crescimento de 20,4%.

Agora, a produção de veículos acumula queda de 0,6% desde o início do ano, totalizando 1,95 milhão de unidades em dez meses, enquanto as vendas mostram alta de 9,7%, com 1,85 milhão de unidades no mesmo período.

A Anfavea atribuiu à maior entrada de carros importados no país o desempenho em direções opostas das vendas, em alta, e da produção de veículos, em baixa. Desde o início do ano, as importações de veículos tiveram crescimento de 27%, ou 57,6 mil unidades a mais do que nos dez primeiros meses de 2022.

Só em outubro, as importações cresceram 55,4% frente ao mesmo mês do ano passado e 14,3% na margem – ou seja, ante setembro –, somando 34,3 mil veículos na soma de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

"As importações têm tido um foco especial pela Anfavea, pelas montadoras, porque elas inibem os investimentos. Percebemos isso tanto no Brasil quanto na Argentina. Há um aumento significativo das importações de diversas tecnologias e de diversos países", comentou Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea, durante a apresentação do balanço de outubro.

O balanço da Anfavea mostra ainda uma queda de 26,9% nas exportações de veículos no mês passado contra outubro de 2022.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 34º 19º 85% 05:13 18:24 **PRIMAVERA:** Sol com nuvens ao longo do dia. Pancadas de chuva à noite.

VOTAÇÃO

Senadores aprovam reforma tributária em primeiro turno

GABRIEL HIRABAHASI E IANDER PORCELLA/AE

Depois de ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na terça-feira, o texto-base da reforma tributária foi aprovado ontem no plenário pelos demais senadores, mas por uma margem apertada: 53 votos a 24, já que eram necessários 49 votos para que o texto tivesse a chancela dos senadores.

Os minutos em que a deliberação aconteceu foram de tensão para o governo, que viu alguns votos favoráveis ao texto "virarem". Senadores do Centrão mudaram os posicionamentos que vinham manifestando nos últimos dias.

O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), por exemplo, votou a favor da reforma tributária na CCJ, mas decidiu votar contra o texto no plenário e orientou que os senadores de seu partido também fossem contrários à proposta.

Os senadores Hiran Gonçalves (PP-RR) e Tereza Cristina (PP-MS) também indicaram que votariam a favor do texto, mas mudaram de ideia de última hora e anunciaram o voto contrário.

Após essa votação apertada, os senadores analisam, agora, os chamados destaques ao texto (trechos votados separadamente pelos parlamentares). Este é o primeiro turno da votação da reforma. Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), ainda terá de passar por um segundo turno de votação.

Como passou por modificações no Senado em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, a PEC terá de retornar para uma nova análise dos deputados. Na terça-feira,o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicou um possível fatiamento da reforma.

Lira disse que o Congresso pode promulgar primeiro a parte da proposta que tiver consenso nas votações das duas Casas (Câmara e Senado). Nesse cenário, a análise das mudanças feitas no texto pelos senadores ocorreria depois da promulgação da emenda constitucional que altera o sistema tributário brasileiro.

O presidente da Câmara garantiu, porém, que toda a PEC será votada, diferentemente do que aconteceu com outras propostas que foram fatiadas e a segunda parte nunca chegou a ser aprovada. "O que nós vamos apreciar é o que o Senado alterou. Se não se configurar em muita coisa, a PEC pode, inclusive, ser promulgada e depois a gente discutir o que ficou divergente."

A aprovação se deu após o relator da proposta, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), fazer modificações em relação ao primeiro parecer apresentado e ampliar o rol de exceções previstas na reforma tributária.

CONGRESSO

Haddad busca aprovação rápida de novo marco do setor de seguros

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem esperar que um novo marco regulatório para os contratos de seguros no Brasil seja aprovado no Congresso até o início do ano que vem, nos termos do acordo alcançado pelo governo junto a empresas e à Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O ministro afirmou ter a expectativa de que o tema seja discutido no Senado "nas próximas semanas" e de que "seja votado em caráter terminativo até o fim desse ano ou, no mais tardar, no início do ano que vem".

Um projeto de lei sobre o assunto estava parado no Congresso desde 2017 e teve a tramitação destravada em março, quando a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o desarquivamento da matéria. O senador Jader Barbalho (MDB-PA) foi escolhido como novo relator.

Ontem, Haddad disse ter alcançado consenso com representantes do mercado e os reguladores para viabilizar a aprovação rápida do PL. "Depois de meses de negociação, o senador Jader Barbalho tem nas mãos o resultado de um entendimento", disse Haddad na abertura do 3º Congresso Internacional do Direito do Seguro, em Brasília.

"A parte final (do acordo) foi negociada na minha mesa. Entendo que isso contemplou as preocupações tanto do setor regulado quanto o regulador, no caso a Susep, na direção de um marco regulatório mais moderno, que dê mais segurança para os contratantes, que equilibre a relação e possa fazer nosso mercado regulado prosperar", acrescentou Haddad.

Entre as arestas aparadas, esteve o desentendimento sobre o cálculo de sinistro e o dever das seguradoras de pedir todas as informações necessárias ao segurado antes da assinatura de contrato, de modo a não poder, depois, alegar o ocultamento de algum detalhe e consequente anulação do contrato.

O novo projeto para o setor foi apresentado em outubro pelo governo junto com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), que apoia a iniciativa. "Quanto mais confiança nos produtos de seguro, mais fácil será expandir esse mercado", disse o diretor-presidente da entidade, Dyogo Oliveira, na ocasião.

Caso o novo projeto de lei seja aprovado, a estimativa da Fazenda é que o setor nacional de seguros e resseguros possa, no mínimo, dobrar de tamanho, diante da maior segurança jurídica proporcionada aos contratos.

"O Brasil tem um enorme mercado potencial de seguro, raramente comparável a qualquer outro mercado do mundo. Somos a 11ª economia do mundo e ficamos com a 7ª posição em ranking de alta no PIB do 2º trimestre de 2023, mas o mercado de seguros é apenas o 19º", estimou Alessandro Octaviani, superintendente da Susep.

Hoje, não há leis específicas para regulamentar o contrato de seguro, que é regido por dispositivos inseridos em diferentes partes do Código Civil. O projeto de marco regulatório do setor é tido como uma das prioridades para a política macroeconômica do governo e faz parte da Política Nacional de Acesso ao Seguro.

RODOVIAS

Ministério estima 12 leilões em 2024 após remanejamentos

LUIZ ARAÚJO/AE

O Ministério dos Transportes reformulou o calendário de leilões para concessões rodoviárias do próximo ano e agora prevê a realização de 12, dois a mais que o planejado inicialmente. O remanejamento decorre do acréscimo da concessão de rodovias de Goiás e do adiamento do leilão da BR-040, em Minas Gerais, que estava previsto para este ano.

A projeção foi atualizada pelo ministro de Transportes, Renan Filho, durante evento no Palácio do Planalto realizado ontem. Durante discurso, ressaltou que os leilões são prioridade da gestão. "No ano que vem nós vamos fazer um leilão a cada mês para fazer frente à necessidade da infraestrutura nacional", afirmou.

O acréscimo do leilão de rodovias goianas se deu após acordo assinado entre o Ministério dos Transportes e o governo de Goiás. O acordo prevê a transferência da gestão das rodovias estaduais para que o governo federal possa conduzir o processo de concessão.

Já o adiamento do leilão da BR-040, em Minas, se deu por falta de tempo hábil. A concessão já está aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), porém com recomendações que demandaram ajustes no edital. Assim, há expectativa de que o edital seja publicado neste ano e o leilão se dê no início do próximo.

O objetivo do governo federal é alcançar 35 leilões rodoviários até o final da atual gestão. Desses, dois já foram feitos, sendo eles de rodovias do Paraná. Um terceiro, que compreende trecho da BR-381, em Minas Gerais, será realizado no dia 24 deste mês. Com isso, restarão 32 leilões para os três anos seguintes.

Há dúvidas de analistas do setor sobre o apetite do mercado para esse volume de leilões. O temor é de que não haja demanda suficiente. O ministério, por sua vez, diz confiar na melhora econômica e no cenário favorável aos atuais concessionários, que veem espaço para repactuações.

Além disso, se apoiam nos efeitos de ajustes nos processos de concessão, o que inclui regras mais claras e redução dos trechos a serem concedidos, o que aumentaria o número de empresas aptas.

Governo autoriza duplicação de trecho da BR-423 em Pernambuco

Andreia Verdélio/ABRASIL

O governo federal autorizou ontem a duplicação de trecho de 43,1 quilômetros da BR-423 em Pernambuco, entre os municípios de São Caetano e Lajedo. A ordem de serviço foi assinada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), Fabrício Galvão, em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em seu discurso, Lula afirmou que, independentemente de alinhamento político com governantes locais, o governo federal atende igualmente todos os estados do país, desde que as ações sejam justificadas com bons projetos. A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, é filiada ao PSDB. Nas eleições de 2022, ela derrotou a candidata Marília Arraes (Solidariedade), apoiada por Lula no segundo turno do pleito estadual.

"O que tenho dito às pessoas é que não me venham aqui apenas fazer discurso de que precisa de recursos. O que tenho dito, o que faz o dinheiro acontecer é a clareza do projeto, sua importância e a seriedade de viabilidade econômica e social de uma obra. E há muito tempo essa obra é cobrada de mim", disse.

O empreendimento está incluído no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as obras devem impulsionar o desenvolvimento do agreste pernambucano, com impacto nos setores de serviços e comércio locais, além da mobilidade dos usuários, reduzindo o tempo das viagens e aumentando a segurança viária.

Todo o empreendimento, de 83,1 quilômetros, que liga São Caetano a Garanhuns, está incluído no Novo PAC. Em breve deve ser publicada a licitação para o lote 2, de Lajeado a Garanhuns.

APAGÃO

Prefeitura de SP vai processar Enel por falta de energia

A prefeitura de São Paulo informou ontem que ingressará com uma Ação Civil Pública contra a concessionária de energia Enel por descumprimento de acordo com a capital paulista e de outras normas legais. Pelo menos 30 mil pessoas seguem sem energia em São Paulo, indica levantamento da Enel, concessionária que atua na capital e em 23 cidades da região metropolitana.

O apagão após o temporal que atingiu o estado de São Paulo na última impactou 2,1 milhões de pessoas atendidas pela Enel. Ela tinha indicado que restabeleceria o fornecimento até a terça-feira. A prefeitura informou, também, que notificará o Procon e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que medidas sejam tomadas contra a empresa.

Em reunião com a concessionária na terça-feira, o Ministério Público de São Paulo propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A proposta é que sejam indenizados os consumidores que ficaram sem energia elétrica no estado. A empresa tem 15 dias para responder.

Ontem, em coletiva de imprensa na sede da Enel, o presidente da empresa, Max Xavier Lins, disse que 11 mil imóveis da Grande São Paulo ainda estão sem energia desde a tempestade da última sexta-feira, mas garantiu que o restabelecimento seria normalizado até o fim do dia.

Ao ser questionado sobre a decisão da prefeitura, que anunciou que ingressará com ação civil pública contra a empresa, Lins afirmou que a Enel recepcionará" qualquer demanda que for feita na Justiça.

O executivo afirmou que a empresa se desculpa pelo ocorrido, mas que o evento que causou a interrupção foi "excepcionalíssimo" e lembrou que o setor elétrico brasileiro é de competência da União, que a exerce seja por meio de leis federais, seja por meio de regulação feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Lins disse ainda que vai estudar em um período de 30 dias, a pedido do governo de São Paulo, uma forma de ressarcir famílias mais pobres que tiveram perdas, principalmente de alimentos.

Sobre aterramento de fios, a Enel alega que o custo é muito alto e não cabe na conta do consumidor, acrescentando que o programa precisa ser aplicado com prudência, com estudos técnicos, demográficos e ambientais. Do contrário, avalia que é inviável.

CPI

Ontem, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a concessionária de energia Enel, em razão da demora para mitigar os efeitos do apagão que atinge parte da capital desde a última sexta-feira.

O requerimento do vereador João Jorge, líder da bancada do PSDB, foi lido em plenário à tarde e aprovado em votação simbólica pela Casa. De acordo com o presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), a CPI da Enel será instalada hoje à tarde.

O vereador, em seu pedido de abertura da CPI, reconheceu a severidade das condições climáticas que levaram ao apagão. Porém, enfatizou a importância da Enel responder rapidamente às chamadas dos cidadãos e manter uma equipe de atendimento adequada ao tamanho de São Paulo. "O serviço prestado pela Enel vem se deteriorando", afirmou.

AUTOMÓVEIS

GM volta a produzir após cancelar demissões

EDUARDO LAGUNA/AE

A General Motors (GM) voltou ontem à plena produção no Estado de São Paulo, após a montadora cancelar, cumprindo determinação da Justiça do Trabalho, as demissões de 1,2 mil trabalhadores das fábricas de automóveis em São Caetano do Sul e São José dos Campos, além da unidade de Mogi das Cruzes, que produz componentes.

A greve contra os desligamentos, que já durava 16 dias, foi suspensa também ontem. No acordo com os sindicatos, a GM desistiu de descontar dos salários os dias parados.

Os funcionários que tiveram as demissões canceladas entrarão em licença remunerada, enquanto sindicatos e montadora seguirão negociando alternativas às demissões. Entre elas, está a abertura de um programa de demissões voluntárias – opção que chegou a ser rejeitada pelos trabalhadores antes do anúncio das demissões – e a suspensão temporária de contratos de trabalho, o chamado layoff.

A montadora aponta a necessidade de reestruturar as operações em São Paulo em razão da perspectiva de vendas e exportações menores não só no fim deste ano, mas também em 2024.

Em São José dos Campos, a GM produz a picape S10 e o utilitário esportivo TrailBlazer, enquanto em São Caetano do Sul são fabricados os modelos Montana, Spin e Tracker.

Nota

USUÁRIOS DE DROGAS SE DESLOCAM PARA PERTO DA ESTAÇÃO DA LUZ

Após mais uma noite de correria no centro de São Paulo, o fluxo da Cracolândia, nome dado à aglomeração de usuários de drogas, migrou na noite de terça-feira para mais próximo da Estação da Luz, uma das mais movimentadas da capital paulista. Segundo comerciantes, os dependentes químicos foram dispersados da Rua dos Gusmões, onde estavam passando a noite nos últimos meses. Durante a ação da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar, os usuários de drogas arremessaram pedras nos agentes envolvidos e um PM foi atingido no braço, segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP). Ele foi levado para um hospital e foi liberado após receber medicação. A pasta informou que algumas ruas da região foram interditadas pelo fluxo e que houve queima de lixo durante a ação. Não houve registro de detidos. "Os usuários atearam fogo em lixo e interditaram a Avenida Duque de Caxias e as ruas Guaianases e General Osório. Uma equipe do Corpo de Bombeiros compareceu ao local e desobstruiu a via", informou a SSP.

PRIMAVERA: Dia de sol com nuvens a partir da tarde. Não chove. Manhã Tarde Noite 36º 18º 5% 05:05 178:11

URBANISMO

Prefeitura assina contrato de concessão do Jardim de Alah

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, assinou ontem o contrato de concessão do Jardim de Alah, parque entre os bairros de Ipanema e Leblon, na zona sul. O Consórcio Rio + Verde foi o vencedor da licitação e ficará responsável por investir mais de R$ 110 milhões em melhorias no espaço e R$ 20 milhões por ano em manutenção e operação ao longo do contrato de 35 anos.

O Jardim de Alah continuará sendo um parque público, com acesso gratuito, e aumento de 30% em áreas verdes, incorporando espaços onde hoje ficam carros estacionados. Com o contrato assinado, a empresa agora terá prazo de cerca de seis meses para o processo de licenciamento do projeto, que terá que respeitar todas as regras ambientais e de patrimônio. A expectativa é entregar as obras do parque renovado no segundo semestre de 2025.

"É inaceitável ter, entre dois bairros tão cariocas, valorizados e democráticos, uma fratura como é o Jardim de Alah. Essa é uma mudança histórica para a cidade, vamos integrar ainda mais os dois bairros e criar mais um espaço público de qualidade na cidade. É uma concessão privada, mas um parque que vai manter sua dimensão pública. A Cruzada São Sebastião e os moradores não usam aquele espaço, então eles não se encontram. É bom que se encontrem e frequentem juntos. A cidade que tem crianças no espaço público é uma cidade segura, mais bem cuidada", afirmou Paes.

Ao todo serão 93,6 mil metros quadrados de área renovada, com a retirada de muros; recuperação de jardins com o incremento de 40% das espécies de árvores; implantação de ciclovias, um novo parcão, uma nova creche com 1,2 mil metros quadrados, duas quadras poliesportivas, um ginásio multiuso, espaço para crianças de zero a quatro anos com brinquedos e pisos específicos e uma área para a terceira idade com equipamentos de ginástica e mesas de jogos. Três novas passagens de pedestres farão a interligação dos lados do canal. E a tradicional área para jogar bocha será mantida e reformada.

"Estamos virando mais uma página nesse processo. Hoje é um marco importante com a assinatura do contrato. Optamos por fazer uma licitação que fosse de técnica e preço, cujo objetivo era ter a possibilidade de escolher o melhor projeto. A comissão avaliou com profundidade os quesitos e escolheu o Consórcio Rio + Verde. Passamos por consulta pública, audiência pública e todas as etapas de um processo licitatório. E incorporamos ao projeto várias sugestões que vieram da audiência pública, como a inclusão de uma creche para a escola ao lado poder usar a área de lazer. Também teremos o acompanhamento das obras por uma comissão formada por integrantes das associações de moradores", disse o secretário de Coordenação Governamental, Jorge Arraes.

O valor da outorga paga ao município foi de R$ 18,4 milhões pela empresa vencedora: o Consórcio Rio + Verde é formado pelas empresas Accioly Participações, Grupo DC-Set, Opy Soluções Urbanas e Pepira. A expectativa dos arquitetos responsáveis pelo projeto, Miguel Pinto Guimarães e Sergio Conde Caldas, é promover um resgate do parque, que também contará com trechos comerciais e pelo menos seis restaurantes de diferentes especialidades.

"Temos uma responsabilidade enorme. Acreditamos que, muito mais importante do que entregar um espaço público para a cidade, será manter esse espaço ao longo de 35 anos. Somos mais um parceiro para o poder público, contribuindo de uma forma importante para a cidade. Trata-se de um projeto de inclusão social, de lazer e entretenimento em uma área com grande visibilidade na cidade", disse o empresário Alexandre Accioly, presidente do Consórcio Rio + Verde.

Desde o início dos estudos de viabilidade, o poder público fez reuniões com moradores dos bairros de Ipanema e Leblon sobre o projeto. O prefeito Eduardo Paes recebeu representantes do entorno do Jardim de Alah em uma reunião no dia 25 de agosto de 2022 para ouvir reivindicações. Além disso, no dia 17 de janeiro deste ano, em audiência pública na Universidade Cândido Mendes, em Ipanema, a população compareceu em peso para apresentar propostas.

Meses antes da audiência, os documentos referentes ao processo foram disponibilizados em consulta pública, entre outubro e novembro do ano passado, outro passo importante para garantir a participação de interessados no projeto. Ao todo foram 64 contribuições analisadas pelo corpo técnico da prefeitura. Após amplo processo de participação da população, foram incorporadas ao projeto contribuições como a construção de uma nova creche no local e a obrigatoriedade de um estudo de impacto sonoro.

A revitalização do parque prevê uma área verde mais ampla que, somando-se as árvores existentes às mais de 200 previstas no paisagismo, vai colaborar fortemente para a redução das ilhas de calor. O projeto prevê ainda a criação de um parque de esculturas a céu aberto. Ao todo, serão 40 instalações a serem comissionadas anualmente ao longo da concessão, alternando artistas de renome internacional, nacional e periféricos. As obras serão escolhidas por um conselho curador formado por Vik Muniz, Beatriz Milhazes e Leando Vieira, entre outros, contribuindo para a criação de um novo cartão-postal da cidade.

Nota

GOVERNOS FEDERAL E DO RIO FORMALIZAM COMITÊ DE COMBATE AOS CRIMES FINANCEIROS

O governo do Rio, em parceria com o Governo Federal, formalizou ontem, no Palácio Guanabara, a constituição do Comitê de Inteligência Financeira e Recuperação de Ativos (Cifra). O acordo de cooperação técnica, inédito no Brasil, atuará como um pilar na força-tarefa instaurada para combater crimes financeiros e lavagem de dinheiro, asfixiando o tráfico e as milícias no Rio de Janeiro. O acordo assinado no Rio de Janeiro foi definido em reunião realizada em Brasília, em 30 de outubro, com representantes do governo fluminense e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além da formalização do Cifra, foram entregues 218 novas viaturas semiblindadas à Polícia Militar para a renovação da frota da instituição e ampliação do patrulhamento. Os novos veículos representam um investimento de R$ 47,2 milhões do governo do Estado na segurança pública. Nessa primeira remessa foram entregues 178 viaturas Renault Duster, que começarão a ser distribuídas entre as unidades operacionais da corporação.

GUERRA

Brasileiros voltam a ficar de fora de lista para deixar Gaza

DANIEL GATENO/AE

Uma nova lista de estrangeiros que poderão deixar a Faixa de Gaza foi divulgada ontem pelas autoridades de Israel, mas segundo o embaixador do Brasil na Palestina, Alessandro Candeas, o grupo de 34 brasileiros que se encontra no enclave palestino ficou de fora.

Esta é a sexta lista com nomes de estrangeiros. Nesta nova relação, 601 pessoas foram autorizadas a deixar a região. Os civis possuem nacionalidade nos seguintes países: Ucrânia, 228; Filipinas, 107; Estados Unidos, 100; Alemanha, 75; Romênia, 51 e Canadá, 40.

Na última sexta-feira, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que o chanceler de Israel, Eli Cohen, garantiu que os brasileiros seriam autorizados a sair da Faixa de Gaza até ontem. O prazo expirou, mas a passagem de Rafah para o Egito ficou fechada dois dias, o que provocou atrasos.

O grupo de brasileiros que está em Gaza recebeu uma mensagem da embaixada afirmando que a saída do território deve acontecer ainda hoje. Ainda não há uma confirmação oficial de que a saída dos brasileiros da Faixa de Gaza aconteça, de fato, mas o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que "tudo indica" que os 34 brasileiros e palestinos devem ser liberados para deixar o local de conflito na data.

Quando forem autorizados a deixar o enclave, os brasileiros serão encaminhados para o Egito, onde devem embarcar em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), com destino ao Brasil.

Na segunda-feira, o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, afirmou que o país não cria obstáculos para a saída de civis palestinos com dupla nacionalidade.

"Israel não decide quem entra na lista e não cria obstáculos para isso", apontou Zonshine. "Autoridades americanas afirmaram que o Hamas estava colocando seus combatentes feridos nas listas de pessoas que precisariam de atendimento médico fora da Faixa de Gaza. O Hamas está impondo diversas condições para liberar a saída dos palestinos com dupla nacionalidade e isso está prejudicando a saída das pessoas", afirmou o embaixador.

Zonshine também disse na ocasião que os brasileiros na Faixa de Gaza sairiam do enclave palestino nos "próximos dias", mas destacou as dificuldades da logística para a saída de civis em meio à guerra de Israel e o grupo Hamas. "Existem problemas logísticos. Nem todos os palestinos que querem sair estão no mesmo lugar e prontos para saírem, é preciso ter condições logísticas e militares para que eles possam sair."

G7 pede ao Irã que não desestabilize o Oriente Médio

Gabriel Bueno da Costa/AE

O G7, grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo, divulgou ontem um comunicado informando que o Irã não deve apoiar o Hamas nem adotar medidas que desestabilizem o Oriente Médio.

O grupo, formado por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, diz que condena "de modo inequívoco" o ataque do Hamas contra Israel em 7 de outubro, e acrescenta que os israelenses têm o direito de se defender, além de ressaltar que todos os reféns devem ser libertados.

Mas também destacou a importância de defender civis dos dois lados do conflito, além de enfatizar a "necessidade urgente" de se lidar com a piora no quadro humanitário na Faixa de Gaza.

O comunicado foi divulgado após reunião dos ministros de Relações Exteriores do G7 em Tóquio, com a presença também do Alto Representante da União Europeia. Na nota, o grupo envia condolências às vítimas dos ataques do Hamas, bem como a todos os civis, palestinos, israelenses e outros, que tenham morrido ou se ferido no conflito no Oriente Médio. "Israelenses e palestinos têm direito igual a viver em segurança, com dignidade e paz", afirma.

O G7 ressalta a importância de se permitir o apoio humanitário aos civis sem impedimentos, incluindo água, alimentos, assistência médica, combustível e abrigo, bem como o acesso para os trabalhadores humanitários.

"Nós apoiamos pausas humanitárias e corredores para facilitar a assistência urgentemente necessária, o movimento de civis e a liberação de reféns", afirma o grupo. "Cidadãos estrangeiros também precisam ter permissão para continuar a partir", acrescenta.

O G7 lembra da importância de se proteger civis e cumprir a lei internacional, em particular a humanitária. Desde 7 de outubro, membros do grupo já se comprometeram com mais US$ 500 milhões para o povo palestino, inclusive por meio de agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros canais humanitários, informa.

O G7 também disse estar comprometido para preparar soluções de longo prazo e sustentáveis para Gaza. "Ressaltamos que uma solução de dois estados, que tenha Israel e um Estado palestino estável vivendo lado a lado em paz, segurança e com reconhecimento mútuo, continua a ser o único caminho para uma paz justa, duradoura e segura."

O grupo também mencionou a guerra na Ucrânia e reafirmou apoio à independência e à soberania do país. Para o G7, uma paz "justa e duradoura" pode ocorrer apenas com a retirada completa, imediata e incondicional das tropas da Rússia de todo o território ucraniano.

CLIMA

El Niño vai intensificar eventos climáticos extremos em 2024

GIOVANNA CASTRO/AE

Um relatório divulgado pela Organização Mundial de Meteorologia (OMM) aponta que o fenômeno El Niño, relacionado ao aumento nas temperaturas notado neste ano, deve perdurar até abril de 2024. Com isso, é muito provável que os termômetros disparem ainda mais neste final de ano e no ano que vem.

A OMM afirma que o El Niño desenvolveu-se rapidamente durante julho e agosto deste ano e atingiu força "moderada" em setembro – mês em que os termômetros chegaram a marcar 38ºC em São Paulo.

O fenômeno só chegou a uma consistência, de acordo com os registros de temperatura da superfície do mar e outros indicadores, em outubro. Por isso, a expectativa da organização é que ele ainda não tenha atingido o seu maior pico.

"Provavelmente, (o El Niño) atingirá o pico, como um evento forte, entre novembro de 2023 ejaneiro de 2024. Há uma probabilidade de 90% de que persista durante o próximo inverno/sul do hemisfério norte (verão no Brasil e demais países do hemisfério sul)", afirma a OMM.

"Com base nos padrões históricos e nas previsões atuais de longo prazo, prevê-se que diminua gradualmente durante a próxima primavera boreal (que acontece de 20 ou 21 de março até 20 ou 21 de junho)."

Com a persistência das altas temperaturas e a subida ainda maior nos termômetros, os impactos no planeta e na saúde humana devem continuar, alertam os especialistas que assinam, junto à OMM, o relatório.

Eventos climáticos e meteorológicos extremos, como ondas de calor, inundações e secas, devem ser intensificados. No último fim de semana, uma tempestade atípica em São Paulo derrubou árvores e afetou a rede elétrica. Em Manaus, no Amazonas, queimadas já têm forçado moradores voltarem a utilizar máscaras. E, no sul do País, a passagem de ciclones já matou dezenas de pessoas este ano.

O El Niño ocorre em média a cada período entre dois e sete anos e normalmente dura de nove a doze meses. É um padrão climático natural associado ao aquecimento da superfície do oceano Pacífico. No entanto, este ano, "ocorre no contexto de um clima que está sendo alterado pelas atividades humanas", diz a OMM.

Uma prova dessa alteração no ciclo comum do El Niño é que os impactos do fenômeno na temperatura global ocorrem normalmente no ano seguinte ao seu desenvolvimento – neste caso, deveriam acontecer somente em 2024 –, mas, desde junho, o ano de 2023 tem caminhado para ser o mais quente já registrado.

As anomalias médias mensais da temperatura da superfície do mar no centro-leste do Pacífico equatorial têm aquecido significativamente. Ficaram cerca de 0,5 °C acima da média em maio de 2023 e subiram para cerca de 1,5 °C acima da média em setembro, segundo estimativas da OMM.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023

O Pregoeiro André Luiz Marques Pombo convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 60/2023 no dia 23/11/2023 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (ÁCIDO VALPRÓICO / VALPROATO DE SÓDIO 250MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO; AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO; CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDO e etc.) Processo nº. 33409.004798/2023-20. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro SinepeRio

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos Estatutos do **SINEPE RIO** e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, na próxima terça-feira, **dia 14 de novembro de 2023**, no auditório do Sinepe Rio – Rua da Assembleia, 77, 22º andar – Centro. A primeira convocação será às 12h e a segunda, caso necessário e nos termos estatutários, às 12h30, tendo como pauta exclusiva: apreciação, deliberação e aprovação das contas da Diretoria do período de janeiro de 2023 a setembro de 2023.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2023.
Pedro Paulo de Bragança
Presidente
Escola Particular: liberdade e democracia começam aqui.
Escola forte tem sindicato forte.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CNPJ: 29.138.328/0001-50
DOCUMENTO DE AVERBAÇÃO Nº 031/2023

Errata de publicação de Licença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal- SMMAPA; publicada no Jornal do Acionista no dia 20 de Outubro de 2023, pag.4 Torna-se pública o Documento de Averbação de nº 031/2023 nº de processo 019/000676/2023, emitido em 01 de Novembro de 2023, referente Licença de Operação de n° 094/2023, emitida em 10, de Outubro de 2023. Onde se lê: "Trata-se de uma solicitação de Licença de Operação para depósito de sucata de alumínio, cobre, latão e outros metais não ferrosos, realizando as atividades de segregação, prensagem e armazenamento temporário de sucatas sem impurezas, como plásticos, papéis e ferro, com uma área total construída (ATC) de 478.20m² (CBMERJ). localizado na Rua Santos Dumont, nº 1168, Loteamento Vila São Sebastião, Bairro Vila são Luís - 1º Distrito do Município de Duque de Caxias- RJ." Leia-se: "Trata-se de uma solicitação de Licença de Operação para recuperação de sucatas de alumínio e materiais metálico, exceto alumínio, realizando as atividades de segregação, prensagem e armazenamento temporário de sucatas sem impurezas, com uma área total construída (ATC) de 478.20m² (CBMERJ). localizada na Rua Santos Dumont, nº 1168, Loteamento Vila São Sebastião, Bairro Vila são Luís - 1º Distrito do Município de Duque de Caxias- RJ."